



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**Lei Ordinária nº 1.590/2024, de 16 de fevereiro de 2024.**

Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento de segurança, catraca eletrônica, detector de metal, cerca elétrica nas dependências das escolas de Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Município de Diamantino/MT.

**A Câmara Municipal de Diamantino**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1.** Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento de segurança, catraca eletrônica, detector de metal e instalação de cerca elétrica nos muros e locais que facilitem o acesso nas dependências das escolas de Ensino Fundamental da rede pública de ensino do Município de Diamantino.

§1º - O equipamento citado no caput deste artigo apresentará recursos de gravação de imagem.

§2º - Deverão ser resguardados os direitos e garantias fundamentais das pessoas cuja imagem seja eventualmente capturada pelas câmeras de monitoramento, sobretudo o direito à preservação da imagem.

§3º - A identificação dos alunos e alunas será através da catraca eletrônica (Biométrica e Impressão Digital).

§4º - A catraca terá um sistema de detector de metal, evitando perigo iminente aos alunos, professores e funcionários.

**Art. 2º.** Em caso de visita de terceiros à escola, a direção deverá acompanhar o visitante durante todo o período de permanência na instituição.

§1º - A visita só será autorizada mediante apresentação de documento de identificação válido.

§2º - A direção poderá restringir o acesso do visitante a determinadas áreas da escola, conforme avaliação de risco.

**Art. 3º.** As empresas prestadoras de serviços terceirizados, que prestam serviços nas escolas municipais, deverão cadastrar seus funcionários junto à direção da escola.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**§1º** - O cadastro deverá conter o nome, RG, CPF, foto e horário de trabalho dos funcionários, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

**§2º** - As empresas prestadoras de serviços terceirizados deverão ser responsáveis pela conduta de seus funcionários nas escolas.

**Art. 4º.** Todas as escolas inseridas nesta Lei, deverão instalar catracas para PCD, pessoa com deficiência (cadeirantes) e PNE - pessoas com necessidades especiais.

**Parágrafo único.** O local deverá conter informações da linguagem em libras para a intenção dos usuários com deficiência auditiva.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias na data de sua publicação.

Diamantino, 16 de fevereiro de 2024.

**Manoel Loureiro Neto**  
Prefeito Municipal